

Um balanço de perdas e danos

*Desesperar, jamais...
Aprendemos muito nesses anos
Afim de contas não tem cabimento
Entregar o jogo no primeiro tempo.
(Ivan Lins)*

Gostaríamos de concluir este ano de 2019 com uma retrospectiva bem mais aprazível acerca das políticas educacionais em andamento no País. Nada fácil para nós, educadoras e educadores, que tanto apostamos na continuidade do desenvolvimento de programas educacionais para a efetiva democratização do conhecimento, para a melhoria da escola pública, gratuita, laica, formadora de um cidadão crítico.

Vivemos, no entanto, a crescente sensação de perda, a desesperança pelos retrocessos que vivenciamos no dia a dia.

Desde o Golpe de 2016, presenciamos o meticuloso dismantelamento, tijolo por tijolo, de um projeto de sociedade voltado à melhoria das condições do povo brasileiro – e particularmente daqueles mais necessitados – duramente construído no País desde as lutas pela Constituição de 1988.

O que assistimos agora é à avalanche de calamitosas políticas neoliberais, já iniciadas nos governos da década de 1990, como a derrubada de consagrados direitos trabalhistas, aumento do desemprego, a entrega de importantes fatias do erário nacional à sanha exploradora do mercado internacional, a privatização dos bens estatais, que transferem aquilo que pertence ao povo brasileiro para uma minoria privilegiada de bilionários mancomunada aos conglomerados internacionais.

Tudo isso, acobertado por avassaladoras estratégias discursivas anti-intelectualistas e falsamente moralistas, de cunho fascista, de grupos fundamentalistas que galgaram o poder. São tantos retrocessos, num país que construiu aos poucos sua descolonização...

E eis que, no momento em que escrevemos este editorial, cai sobre a nossa mesa de trabalho a notícia de que o presidente eleito neste período pós-Golpe, em mais um dos seus mal-educados rompantes, chamou Paulo Freire, o Patrono da Educação Brasileira, de “energúmeno”.

É o desenvolvimento de uma educação emancipatória, de um projeto escolar capaz de ensinar a todos o pensar e construir um mundo melhor, que está sob ataque.

As reformas educacionais em curso estão umbilicalmente alinhadas aos interesses mercadológicos. Não interessa desenvolver a participação da comunidade educacional, num processo democrático e transparente, nas opções e definições programáticas para a educação.

Há submissão completa, a busca incessante de parcerias com o setor privado, mesmo para aqueles serviços que, como educação e saúde, necessitam de total apoio do Estado para sua distribuição justa, equitativa e humanitária. Soluções aparentemente mais pragmáticas, “flexíveis”, consideradas “mais eficientes e não burocráticas” – e certamente mais favoráveis aos grandes capitais dos grupos educacionais – determinam a busca da privatização. Os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, ou seja, a grande maioria da população, sofre com a desenfreada privatização, que, em última análise, visa essencialmente interesses econômicos.

O Dossiê deste número da *Retratos da Escola* pretende concluir o ano de 2019 dando um espaço especial para temas que nos preocupam enquanto Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), entre outras entidades parceiras nas lutas pela democratização da educação, que constituem o Fórum Nacional Popular de Educação. *Ataques à Educação: Balanço de Perdas e Danos* é fruto da necessidade de explicitar e refletir sobre algumas das grandes questões deste momento de retrocessos educacionais absurdos.

O artigo que inicia o Dossiê, escrito pelas professoras e pesquisadoras Dirce Zan e Nora Krawczyk, denominado *Ataque à escola pública e à democracia: notas sobre os projetos em curso no Brasil*, abrange um grande espectro das reflexões pretendidas. Destaca o avanço do pensamento conservador no País e o desmonte de direitos adquiridos, a interrupção de políticas sociais anteriormente construídas, o aprofundamento da desigualdade educacional e social, que ocorre de forma contundente após o Golpe de 2016 e mais acirrada neste ano de 2019. Para evidenciar tais aspectos, focalizam quatro grandes projetos em curso na educação brasileira: o Escola sem Partido, a militarização das escolas públicas, o destaque ao *homeschooling* e a inclusão do empreendedorismo como tema nos currículos escolares. Concluem que eles têm em comum a intenção de retirar o poder da escola e dos professores com relação à educação emancipatória das novas gerações, como também de restringir o poder do Estado sobre a escola pública.

O artigo *Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo?* de Erasto Fortes Mendonça, coloca em questão mais especificamente o significado do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituído recentemente pelo Decreto nº 10.004, de 05/09/2019. O autor não só nos esclarece sobre as concepções e objetivos que as autoridades instituidoras alegam a respeito desse programa, como também expõe a crítica formulada por entidades e por especialistas da área da educação. O título do artigo é bem-posto: a escola pública é ferida no seu âmago ao desmerecer os princípios constitucionais

e legais do ensino, por meio de uma formação cuja centralidade tem base não nos princípios da cidadania democrática e sim naqueles da ordem disciplinar, com a perfilação de “soldadinhos de chumbo”.

O artigo *Religião, moral e civismo em curso: a marcha da socialização política*, de Luiz Antônio Cunha, aprofunda a análise, ao tematizar projetos anteriores de socialização política, propiciando um melhor entendimento do que ocorre de forma extremada neste momento da história da educação brasileira. Ao voltar-se para os conflitos, fortemente imbricados, que ocorreram no campo político e no campo religioso nas primeiras décadas do século XX, evidencia uma socialização política então em marcha, por meio da “sintonia oscilante” entre o ensino religioso (ER) e a educação moral e cívica (EMC). A partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988, contudo, o autor constata um processo que denominou de “dissintonia”, vinculado ao movimento pela laicidade da educação pública, que cresceu pela reação às manobras das igrejas católica e evangélicas para transformar as escolas públicas de ensino fundamental em arena de disputa pela hegemonia no campo religioso. Na continuidade, o autor analisa os projetos socializados nas políticas educacionais. Por exemplo, destaca que “a pedagogia da ordem unida enfatiza a formação para cumprir ordens sem questionamento: manda quem pode, obedece quem tem juízo, isto é, evita punição”. E conclui sinalizando que “é de se esperar que o fracasso das políticas educacionais voltadas para a socialização política aqui discutidas seja ainda maior e mais rápido do que a do período mais tenebroso da ditadura empresarial-militar”.

O artigo *Funcionário da educação básica: a formação técnico-pedagógica*, de autoria do professor João Monlevade, tem por finalidade valorizar academicamente esta essencial categoria funcional. Na sua história, segundo o autor, eles já estão presentes desde a primeira escola – o Colégio dos Meninos de Jesus, fundado pelos jesuítas em Salvador em 1550, e, atualmente, seriam os trabalhadores de maior número nas escolas básicas públicas. Após apresentar dados legais e históricos sobre a categoria profissional e sua formação, o texto desenvolve reflexões sobre o seu papel na educação brasileira e sobre as perspectivas de sua valorização no contexto da luta sindical. O texto, baseado na experiência pessoal do autor como educador e dirigente sindical no Sintep/MT e na CNTE, é desenvolvido inicialmente a partir de informações objetivas sobre as leis e normas, o seu papel na educação brasileira e as perspectivas atuais de sua valorização. Conclui com a afirmação de que “a formação sólida e qualificada dos funcionários não é neutra: é posicionamento, é conscientização, é politização, é luta”.

No texto *De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente*, Vera Lucia Bazzo e Leda Scheibe manifestam-se favoravelmente à continuidade da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a Formação Continuada, definidas pela Resolução CNE/

CP 02/2015. Ressaltam, também, contrariedade frente à aprovação de um conjunto de diretrizes e normas homologadas pela Portaria nº 2.167, de 19/12/2019, assinada pelo ministro de Estado da Educação Substituto. Tais Diretrizes para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica foram intempestivamente aprovadas pelo CNE, pelo Parecer CNE/CP nº 22/2019, em 7 de novembro de 2019, juntamente com o Projeto de Resolução a ele anexo, e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Frente à consistência das manifestações contrárias e à grande mobilização de inúmeras entidades educacionais do País, as autoras concluem pela não pertinência das diretrizes homologadas e sugerem enfaticamente a revogação da última portaria.

Este Dossiê conta também com outros três artigos. O de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes e Marli dos Santos de Oliveira, *As ações do Poder Executivo Federal e o Plano Nacional de Educação (2014/24)*, no qual as autoras apresentam estudo sobre os rumos e ações em curso nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro no que diz respeito ao monitoramento e avaliação do PNE. Os resultados revelam fragilidades em relação aos mecanismos de participação social, o que não causa estranheza, uma vez que o atual presidente extinguiu o principal órgão responsável por prestar assistência técnica e dar apoio aos municípios no processo de monitoramento e avaliação dos planos de educação, isto é, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (Sase), que fora criada em 2011.

No artigo *Tensões no novo ensino médio: projetos de currículos em disputa*, Alaim Souza Neto problematiza os embates entre as atuais políticas curriculares para o ensino médio e a BNCC. O estudo, ao caracterizar algumas das disputas e interesses, analisa também os impactos à escola, em uma perspectiva curricular, e conclui pelo não reconhecimento da ideia de se construir uma BNCC para o ensino médio “na moldura apresentada pelo MEC, enfatizando um Currículo Mínimo, oficial e prescrito, que em nada é essencial”. Considera tal política curricular descontínua aos avanços articulados nos últimos anos.

Já o texto de Ana Carolina de Oliveira Nunes Pereira e Jailton de Souza Lira, *Educação e controle de constitucionalidade: o projeto “escola livre” em Alagoas*, analisa as possíveis inconstitucionalidades formais e materiais dessa lei, aprovada em Alagoas, sob inspiração do projeto Escola sem Partido. Interessa especialmente observar que, ao valer-se da análise documental da ordem educacional brasileira e também dos autos do processo que julga a constitucionalidade da lei alagoana no Supremo Tribunal Federal (STF), os autores encontram riscos à democracia, com a censura e a criminalização da prática docente.

Na seção *Entrevista*, alinhada às discussões propostas no *Dossiê*, Jaqueline Moll e Maria Carmem Silveira Barbosa nos contemplam com a discussão *Diversidade, migrações e inclusão: desafios à gestão e à democracia*. No contexto da *Escuela de Verano* do Instituto Rosa Sensat de formação de professores, situada em Barcelona, Espanha, as autoras realizaram, em julho de 2019, uma entrevista com o professor Miquel Essomba, que desde 2015 ocupa o cargo de Secretário Municipal de Educação da cidade de Barcelona. Partes essenciais

da entrevista são descritas no texto de abertura, focalizando questões relacionadas aos desafios contemporâneos, no contexto da afirmação democrática e da capacidade de convivência, como o aprendizado da diversidade e do acolhimento de imigrantes pela escola, entre outros temas. Há interrogações que dizem respeito a “como a escola, a comunidade educativa, o sistema educacional pode se organizar para acolher essa diversidade? Como afirmar a diversidade em um contexto social e político que fomenta a intolerância e aprofunda desigualdades econômicas?”. O compartilhamento de experiências de gestão educacional pública que acolham a diferença e as migrações foi o tema central da entrevista, além de outras questões relevantes para a educação pública.

Na seção *Documento*, contamos com o relato elaborado pelos gestores da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Heleno Araújo Filho, atual Presidente da entidade, e Gilmar Soares Ferreira, Secretário de Assuntos Educacionais, denominado *O protagonismo da CNTE frente à organização dos/las trabalhadores/las da educação básica e sua luta pelo direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade, socialmente referenciada e pela valorização dos/las profissionais da educação*. O texto acentua a dinâmica incansável da CNTE na luta pelos avanços que vinham se objetivando na educação brasileira nas últimas décadas e pela sua preservação. A partir da compreensão de que existe disputa entre dois projetos de economia, educação, sociedade e política na base das políticas educacionais em curso, os autores descrevem as principais ações mobilizadoras como resistência aos desmontes no campo educacional articulados pelas políticas neoliberais e, ao mesmo tempo, neoconservadoras, de privatização do erário público, de moralização e de “desintelectualização” da escola, acompanhadas de deliberações voltadas ao descrédito e ao controle do trabalho dos professores. Entre outras, são nomeadas questões que exigiram permanente mobilização: congelamento dos investimentos públicos por 20 anos, projeto rentista, cumprimento à Lei do Piso, terceirização dos serviços educacionais, entrega de escolas às organizações sociais privadas, parcelamento de salários, militarização das escolas, reorganização das escolas com fechamento de turmas, entre outras maldades voltadas a cercear uma educação integral dos brasileiros.

A seção Espaço Aberto inicia com o artigo voltado ao estudo de *Anton Semyonovich Makarenko: um resgate para a prática educativa*, realizado por Sandra Terezinha Urbanetz, Eliana Nunes Maciel Bastos, e Xana Machado Kostrycki, sobre os ensinamentos do grande educador Anton Semyonovich Makarenko(1888-1939), importante pedagogo soviético, que dirigiu a Colônia de Trabalho Gorki, um instituto de reabilitação de adolescentes delinquentes que abrigava órfãos de guerra, toxicômanos e desempregados. O autor defendeu suas principais ideias no *Poema Pedagógico*, no qual relata, com base em sua prática e frente a uma mudança profunda na estrutura social exemplos de humanização educacional, particularmente voltada para a educação profissional. As autoras do artigo trazem correlações pertinentes entre os ideais pedagógicos de Makarenko com aqueles que pretendemos para uma educação profissional e tecnológica no País.

O texto de Tânia Mara Trecino, sobre *A educação da pessoa com deficiência visual*, inicia descrevendo a história da educação de pessoas com tal deficiência, sua caracterização e reconhecimento. Analisa a dificuldade encontrada pelos professores em identificar os estudantes com deficiência visual nas escolas, particularmente quando se trata de baixa visão, e destaca a necessidade de prepará-los para detectar os sinais mais comuns nos estudantes com dificuldade de visão, assim como de formar-se tecnicamente para utilizar recursos ópticos e saberes inclusivos.

Na sequência, temos o artigo *Prática docente em Ciências naturais no EF: caracterização e recursos didáticos*, de Caio Veloso e José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho. O texto caracteriza a prática docente em ciências naturais, a partir de um estudo desenvolvido com dez professores de cinco escolas públicas de Teresina-PI. Evidencia que os professores observados apresentaram forte tendência a restringir suas aulas à exposição do conteúdo e ao uso do livro didático, com pouca participação dos alunos no desenvolvimento da situação de ensino-aprendizagem, o que reforça a necessidade de constante formação continuada dos professores, propiciando melhoria no seu desenvolvimento profissional e organizacional.

O artigo *O discurso da qualidade na educação: a voz dos professores*, de Givanildo da Silva, Alex Vieira da Silva e Eva Pauliana da Silva Gomes, destaca inicialmente a importância do discurso sobre a qualidade da educação no contexto da reforma do Estado e os indicadores desta qualidade no PNE (2014-2024). Para dar conta do objetivo de perquirir professores sobre sua visão da qualidade da educação, foi aplicado um questionário aberto a quatro professoras de escola pública da rede municipal de Messias, no estado de Alagoas. O resultado mostrou que as professoras indagadas não colocaram o resultado das avaliações realizadas hoje nas escolas como principais indícios para avaliar a qualidade da educação. Demonstraram ter uma visão mais ampla sobre o conceito de qualidade da educação, sinalizando os elementos para o seu entendimento, tais como a manutenção das escolas pelo poder público nos aspectos materiais, financeiros, estruturais e humanos.

Participação e colegialidade na política democrática: o caso do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UIERJ) de autoria de Marcela Moraes Castro, Bethânia Bittencourt, Caroline Domingues da Silva Teles Assis e Janaina Moreira de Oliveira Goulart examina o processo de uma demanda pelo direito à alimentação escolar encaminhado pela Associação de Pais e Professores (APP), do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, escola estadual vinculada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em 2019. A Lei nº11.947/2009, que institui a obrigatoriedade da oferta de alimentação, legitima a pauta demandada pela APP.

O Comitê Editorial da *Retratos da Escola* agradece a todas e todos que possibilitaram a publicação de mais este número, que, temos certeza, traz informações e reflexões essenciais à continuidade das ações das diversas categorias de trabalhadores da educação.

Convidamos leitoras e leitores à leitura do material que segue, na certeza de que nos ajudará a seguir cantando:

*“Mas agora, acho que chegou a hora
De fazer valer o dito popular:
Desesperar Jamais!”*

Comitê Editorial